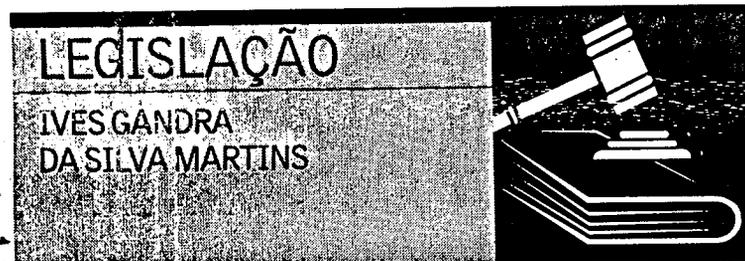


Empresas



Com tais amigos, para que inimigos?

O presidente Lula colhe, hoje, todas as sementes de contestação lançadas ao governo Fernando Henrique no passado, principalmente no que diz respeito à emenda constitucional nº 20/98 sobre a previdência, que foi torpedeada por seu partido, tornando-a, praticamente, inócua.

Conseguiu, graças ao apoio da oposição e apesar da contestação de parte de seus correligionários, a aprovação, em 1ª votação, da PEC nº 40/03 que, de certa forma, veicula normas constitucionais muito semelhantes àquelas que Fernando Henrique pretendeu em seu governo e, graças à oposição petista, não lhe foi possível concretizar.

Estou convencido de que o presidente da República está no caminho certo ao pretender adequar o Estado às necessidades da nação deixando de mantê-la refém dos detentores do poder, que se auto-outorgaram privilégios e os defendem, selvagemmente, inclusive, no momento, com agressões aos representantes do povo e depredações de prédios públicos para manutenção de seus favorecimentos.

É fundamental que se compreenda que o Estado e o Governo estão a serviço da sociedade, e não esta a serviço dos governantes. Se todos reconhecem que 90% da população vive de uma aposentadoria (regime geral) sem privilégios e que 10% lutam desesperadamente para mantê-los à custa dos 90% que os sustentam — gerando “déficits” iguais a 3 PIBs da Bolívia, 2,5 PIBs do Paraguai ou 12 PIBs da Nicarágua —, não há porque não ir adiante com a reforma pretendida, que, à evidência, não solucionaria o dramático quadro do setor, mas sinaliza sua redução para o futuro, com o que a escorchante carga tributária de 37% do PIB, para um país que presta serviços públicos deploráveis, poderia vir a ser, em tese, diminuída.

Do ponto de vista constitucional, confesso não ter visto nenhuma inconstitucionalidade nos sub-tetos — na votação dos destaques, elevados — ou na contribuição dos inativos, entendendo, todavia, que deveria, neste particular, ser idêntica à dos trabalhadores não governamentais, no que excedesse o valor imposto como limite ao segmento privado. É que a imunidade até R\$ 2.400 (regime geral) é cláusula pétrea, pois está entre os direitos e garantias individuais.

Não há, todavia, que cogitar de norma imodificável acima desse valor, não podendo os que devem servir a sociedade — e que se auto-favoreceram com vantagens não extensivas à sociedade, que deveriam servir — pretender proteger-se hoje, atrás do guarda-chuva dos direitos adquiridos.

Sempre defendi a tese de que a sociedade tem direitos adquiridos contra os detentores do poder, mas estes não têm direitos adquiridos contra a sociedade.

Preocupa-me, todavia, que o presidente da República continue prestando reverência a seus aliados, amigos e partidários que, permanentemente, agridem todas as iniciativas para que a sociedade possa crescer, apesar de saber que a sociedade não cresce pelo gigantesco e paquidérmico tamanho de uma Federação, com 5.500 entidades federativas, que apenas privilegiam os servidores em detrimento dos cidadãos comuns.

O presidente é Presidente do Brasil, devendo satisfação à sociedade, e não àqueles que lutam mais por vantagens e benefícios, do que por servir à sociedade.

Estou convencido de que — excetuando-se as carreiras tipicamente de Estado, que não são muitas — não deveria haver diferença entre brasileiros trabalhadores da iniciativa privada, tratados como “cidadãos comuns” e servidores públicos, “cidadãos privilegiados”. Cabe a S.Exa. fazer um governo em prol do Brasil e não de seus correligionários, (parcela do PT, MST etc.), até porque quem tem amigos como os do presidente, decididamente não precisa de inimigos.

É bom lembrar que quem ganhou a eleição foi o presidente Lula (60% do eleitorado) e não seu partido, que a perdeu em todos os Estados (30% do eleitorado). É necessário que governe para a sociedade e não para os detentores do poder. Só assim poderá passar para a história e fazer deste país uma grande nação. Caso contrário, no futuro, será mera referência bibliográfica.

Ives Gandra da Silva Martins é professor emérito da Universidade Mackenzie e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, presidente do conselho de estudos jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo.

E-mail ivesgandra@gandramartins.adv.br

Lula deve governar para a sociedade